

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

1º Semestre 2008

REFERÊNCIA: POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS (S) PLANO (S) DE BENEFÍCIOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 25/07/2008, verificou a documentação disponibilizada pela entidade para análise do resultado da Política de Investimentos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Aderência da Gestão dos Recursos Garantidores

Verificamos, com base na documentação suporte, que a entidade está mantendo a gestão dos recursos, em atendimento às diretrizes da Política de Investimentos.

1.1 – Rentabilidade

Com base nos relatórios de investimentos da Funsejem, verificamos que o retorno consolidado dos investimentos financeiros do 1º semestre de 2008 foi de 4,25%. Este resultado corresponde a 44,93% do índice de referência da Política de Investimentos da Funsejem, calculado com base na variação do índice IGPM + 5% a.a.

O resultado segregado por tipo de gestão ficou da seguinte forma:

- a) Gestão Conservadora – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 5,02%, o que corresponde a 93% do CDI e 86% do benchmark (CDI + 0,8%). O resultado da gestão conservadora foi prejudicado no primeiro semestre com o aumento das taxas de juros;
- b) Gestão Agressiva – o retorno dos investimentos nesta gestão foi de 3,48%, o que corresponde a 65% do CDI e 45% do benchmark (CDI + 4,5%). O resultado da gestão agressiva foi prejudicado no primeiro semestre com o aumento das taxas de juros e queda da Bolsa.

Em relação ao limite de risco e enquadramento global dos investimentos, houve um desenquadramento em relação aos derivativos, onde a estratégia com opções de IDI do fundo Itaú Institucional Derivativos Multimercado, gerou um desenquadramento de 2,39% do limite da Resolução CMN 3456, entretanto a exposição em risco gerada por essa estratégia é muito pequena. Foi solicitado ao gestor a justificativa para o desenquadramento.

1.2 – Custos da Gestão

Verificamos, com base na documentação suporte, que os custos administrativos com gestão de recursos ficaram dentro do planejado e foram os seguintes:

- a) Consultorias: R\$ 31.916,35
- b) Custódia*: R\$ 496,13
- c) Taxa de administração: não há
- d) Taxa de controladoria: R\$ 29.378,07
- e) Taxa Cetip*: R\$ 699,92

** A Funsejem passou a administrar uma carteira de própria de Debêntures em 14/05/2008, tendo como novo custo de gestão Taxa de Custódia e Cetip*

1.3 – Controle de Riscos

Verificamos, com base na documentação suporte, que os riscos de crédito e da divergência não planejada estão em conformidade com os estabelecidos na Política de Investimentos.

Em Maio/2008 a Fundação em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, adotou uma Matriz de Risco para monitoração e controle de seus riscos.

REFERÊNCIA: CONTROLES INTERNOS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 25/07/2008, verificou a documentação disponibilizada para análise da aderência e eficiência dos controles internos e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Segregação de Atividades e Funções

Verificamos, com base na estrutura organizacional e funcional, que as atividades e funções estão segregadas, consoante ao que estabelece o artigo 10º da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

2 – Calendário de Obrigações

Verificamos, com base nos controles internos, que a entidade está cumprindo o seu calendário de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal, participantes, patrocinadores e conselhos.

3 – Cronograma de Controles Internos

Verificamos que a entidade elaborou o cronograma de adequação dos controles internos, consoante ao § 1º do artigo 23, da Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

4 – Regimento Interno e Código de Ética e Conduta

Verificamos que a entidade adota: um regime interno de controles, em adequação à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004; o Código de Ética e Conduta do Grupo Votorantim em paralelo está sendo desenvolvido o código próprio da Funsejem com previsão de término para o próximo semestre e Manual de Governança Corporativa próprio.

5 – Controles Internos

Verificamos que a entidade possui os seguintes controles internos:

- Controle das contribuições,
- Controle dos benefícios concedidos,
- Controle das contas dos participantes,
- Controle das portabilidades,
- Controle da contabilidade por planos,
- Controle dos custos tributários,
- Controle da execução orçamentária,
- Controle da Política de Investimentos,
- Controle da agenda de obrigações junto a SPC/MPS, Receita Federal e Divulgações.

Com base nas verificações e análises dos controles internos, manifestamos que os controles da entidade estão adequados ao modelo de governança proposto na Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004.

REFERÊNCIA: ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 25/07/2008, verificou que as premissas e hipóteses atuarias estão em consonância com o Parecer Atuarial de 2008:

REFERÊNCIA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, este Conselho, reunido em 25/07/2008, verificou o controle orçamentário do 1º semestre de 2008 e apresentou a seguinte manifestação:

1 – Execução Orçamentária – Programa Previdencial

Verificamos que os recursos coletados estão em conformidade com o orçado e que os recursos utilizados foram acima do orçado, devido a retirada de Patrocínio de uma Patrocinadora “ Mogi das Cruzes”.

1 – Execução Orçamentária – Programa Administrativo

Verificamos que as despesas administrativas estão em conformidade com o orçado, houve um aumento nas despesas administrativas previdenciárias, que ultrapassou o orçado em relação à consultoria e comunicação.

Acompanhamento Orçamentário Custeio Administrativo

DESCRIÇÃO	ORÇADO	REALIZADO	RESULTADO
RECURSOS COLETADOS - CONTRIBUIÇÕES (+)	R\$ 32.789.052.96	R\$ 32.053.571.36	R\$ 735.481.60
RECURSOS UTILIZADOS - PAGAMENTOS (-)	R\$ 9.875.844.00	R\$ 14.650.557.07	R\$ 4.774.713.07
Custeio Administrativo	R\$ 1.019.466.00	R\$ 1.185.524.30	R\$ 166.058.30
DESPESAS	R\$ 1.178.411.40	R\$ 1.166.109.27	R\$ 12.302.13
ADMINISTRAÇÃO PREVIDENCIAL	R\$ 1.104.107.40	R\$ 1.138.376.34	R\$ 34.268.94
PESSOAL E ENCARGOS	R\$ 478.075.02	R\$ 485.516.43	R\$ 7.441.41
LOCOMOÇÕES	R\$ 4.800.00	R\$ 10.221.22	R\$ 5.421.22
SERVIÇOS DE TERCEIROS	R\$ 258.570.00	R\$ 251.983.22	R\$ 6.586.78
CONSULTORIAS	R\$ 74.400.00	R\$ 126.259.71	R\$ 51.859.71
Advogados	R\$ 10.080.00	R\$ 20.039.43	R\$ 9.959.43
DESPESAS GERAIS	R\$ 316.366.38	R\$328.771.88	R\$ 12.405.50
COMUNICAÇÕES - DIVULGAÇÕES E PROMOÇÕES	R\$ 107.220.00	R\$ 163.567.03	R\$ 56.347.03
ENCARGOS DIVERSOS	R\$ 86.085.00	R\$ 78.694.81	R\$ 7.390.19
MULTAS E TAXAS	R\$ 60.00	R\$ 536.79	R\$ 476.79
DEPRECIações	R\$ 10.236.00	R\$ 11.763.50	R\$ 1.527.50
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	R\$ 4.800.00	R\$ 6.832.82	R\$ 2.032.82

COMENTÁRIOS:

- a) Aumento relativo a Retirada de Patrocínio da Mogi das Cruzes Indústria e Papel Ltda sob nº de ofício 546 SPC/DETEC/CGAT.
- b) Aumento do custeio administrativo devido ao aumento nas folha de salários das Patrocinadoras.
- c) As despesas com pessoal e encargos aumentaram por conta da contratação de um Supervisor de Processos.
- d) As despesas com consultoria aumentaram com a contratação de um novo software MJDS para administração dos planos de benefícios.
- e) As despesas com os advogados aumentaram devido as horas excedentes com intimações da SRF, essas cobranças foram acumulados no semestre e cobradas em maio/08, foi contatado a consultoria para o envio mensal das horas excedentes e comunicação à Funsejem para aprovação do trabalho excedente.
- f) As despesas gerais com comunicação aumentaram devido ao atendimento da IN 20, com impressão de novos formulários e divulgações aos participantes.
- g) As despesas com encargos diversos com multas e taxas referem-se a pagamento de um débito em dívida ativa e complementos de Pis/Cofins da Fundação.
- h) As despesas com depreciações de móveis e utensílios aumentaram devido a compra de gavetas corredeças para ampliação do arquivo de prontuários dos participantes

São Paulo, 25 de julho de 2008.

André Monteiro
Presidente do Conselho Fiscal

Daniel Parizi
Conselheiro Suplente

José Renato Hilst Izar
Conselheiro

Luiz Ferreira Neves
Conselheiro Eleito